

Relatório Atividade e Contas 2023



Santa Casa da Misericórdia de Lousada



“Que este relatório seja um testemunho fiel do nosso compromisso com a missão da Misericórdia de Lousada e inspire a continuidade do nosso projeto em prol de um impacto positivo e duradouro”

Índice.

Introdução	4
Valências Sociais	5
Valência Infância	19
Valência Saúde.....	21
Recursos Humanos	32
Evolução Económica.....	36
Demonstrações Financeiras.....	39
Anexo	45
Ata do Conselho Fiscal.....	66
Ata da Mesa Administrativa.....	67
Certificação Legal das Contas.....	68

Introdução

Aos Prezados Irmãos,

De harmonia com o estabelecido na Lei do Compromisso, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Lousada (SCML), vem submeter à discussão, votação e aprovação da Assembleia-Geral de Irmãos o Relatório de Atividades e Contas, Parecer do Conselho Fiscal e Certificação das Contas referentes ao exercício económico de 2023.

O relatório de Atividade e Contas é um documento em que são apresentadas informações sobre as nossas iniciativas, atividades e projetos elaborados pela Santa Casa da Misericórdia de Lousada em 2023, bem como o desempenho financeiro detalhado, demonstrando a transparência e responsabilidade na gestão dos recursos confiados à Mesa Administrativa.

Acreditamos que este relatório não ilustra apenas o nosso esforço e realização, mas também servirá como uma ferramenta valiosa para avaliação e planeamento do futuro.

Agradecemos o trabalho, resiliência e confiança dos nossos colaboradores, parceiros e comunidade, reiterando o nosso compromisso inabalável com a transparência, integridade e excelência em todas as nossas linhas de atividade.

Que este relatório seja um testemunho fiel do nosso compromisso com a missão da Misericórdia de Lousada e inspire a continuidade do nosso projeto em prol de um impacto positivo e duradouro.

José Carlos de Bessa Machado
Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lousada





Valências Sociais

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

O envelhecimento ativo é um processo contínuo de otimização das oportunidades de saúde, participação, segurança e bem-estar, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem. Este conceito vai além da mera extensão da vida, destacando a importância de manter um estilo de vida dinâmico, participativo e significativo mesmo em idades avançadas.

No entanto, a realidade evidencia que há um número considerável de pessoas idosas que não encontram uma resposta adequada nesse meio. Na ausência de resposta no seu meio natural de vida (o familiar), os idosos necessitam de empenho e competência nas respostas sociais para que as dimensões física, psíquica, intelectual, espiritual, emocional, cultural e social da vida de cada indivíduo possam por eles ser desenvolvidas, sem limitações dos seus direitos.

À semelhança da realidade nacional, são cada vez mais os idosos com necessidades de apoio, cuidados especializados e permanentes, num progressivo envelhecimento demográfico correspondente a uma longevidade crescente.

A Misericórdia de Lousada desenvolve várias atividades na área social, destacando assim as duas Estruturas Residenciais para pessoas idosas, a ERPI Sousa Freire e ERPI Lúcia Lousada que são respostas de utilização permanente para pessoas idosas em situação de risco e/ou perda de autonomia, com capacidade para 60 e 48 utentes, respetivamente.

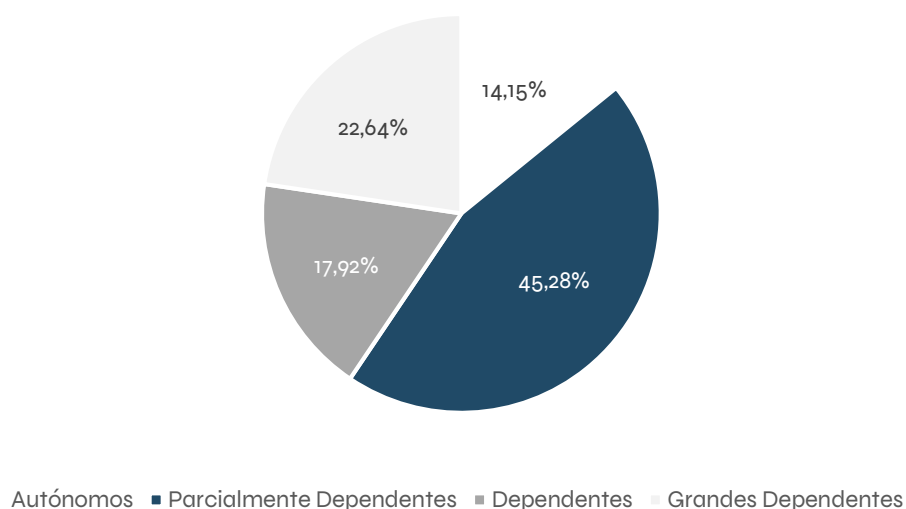
Análise Global das Estruturas Residenciais

As Estruturas Residenciais caracterizam-se por serem uma valência, com uma faixa etária bastante elevada em que cerca de 44,68% (Sousa Freire) 67,39% (Lúcia Lousada), dos utentes tem idade superior a 80 anos, enfatizando-se a tendência dos últimos anos.

Salientamos que, ao longo dos últimos anos, verificamos que os idosos que procuram as ERPIs são cada vez mais dependentes e com diagnóstico de demência validado.

Tendo como instrumento de trabalho a escala de Barthel, aplicada aos idosos destas duas respostas, observa-se que 22,64% dizem respeito a grandes dependentes e 17,92% a dependentes. De realçar que o peso deste indicador de dependência tem vindo a agravar-se nos últimos anos.

Gráfico 1 - *Grau de dependências dos utentes das Estruturas Residenciais*

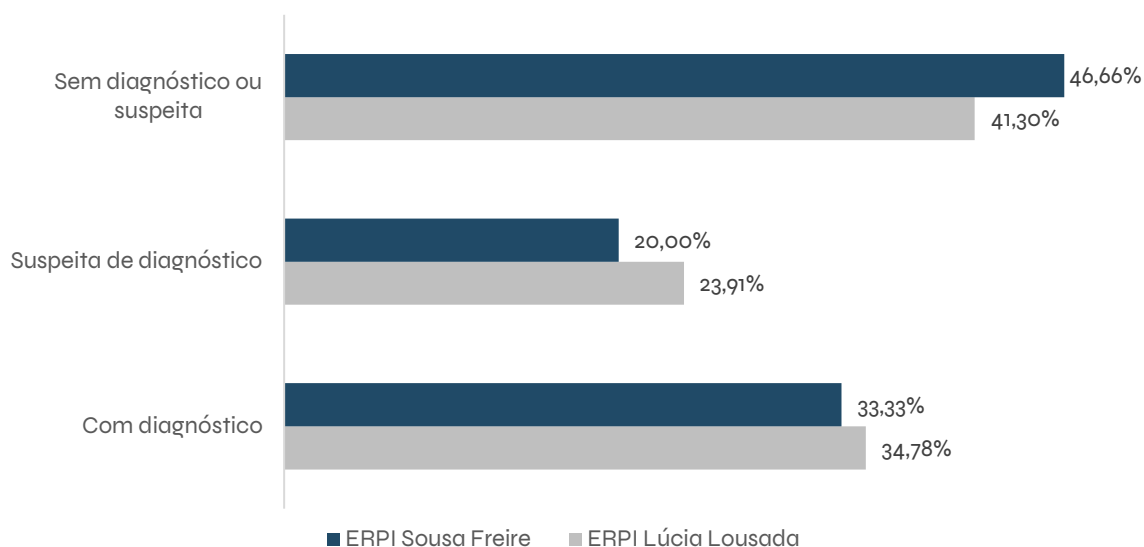


Relativamente à síndrome demencial, neste momento a ERPI Sousa Freire e Lúcia Lousada possuem respetivamente 33,33% e 34,78 % de idosos já com o diagnóstico formalizado e 20,00% e 23,91% com suspeita de diagnóstico.

Verifica-se que mais de metade dos nossos utentes apresentam um declínio geralmente progressivo da perda de memória e das funções executivas, que resulta na total dependência para a realização das atividades básicas da vida diária 24 horas por dia.

Esta situação leva a que as famílias, apesar de serem colaborantes, não consigam acolher e prestar todos os cuidados que os idosos necessitam, acabando por procurar as respostas de ERPI.

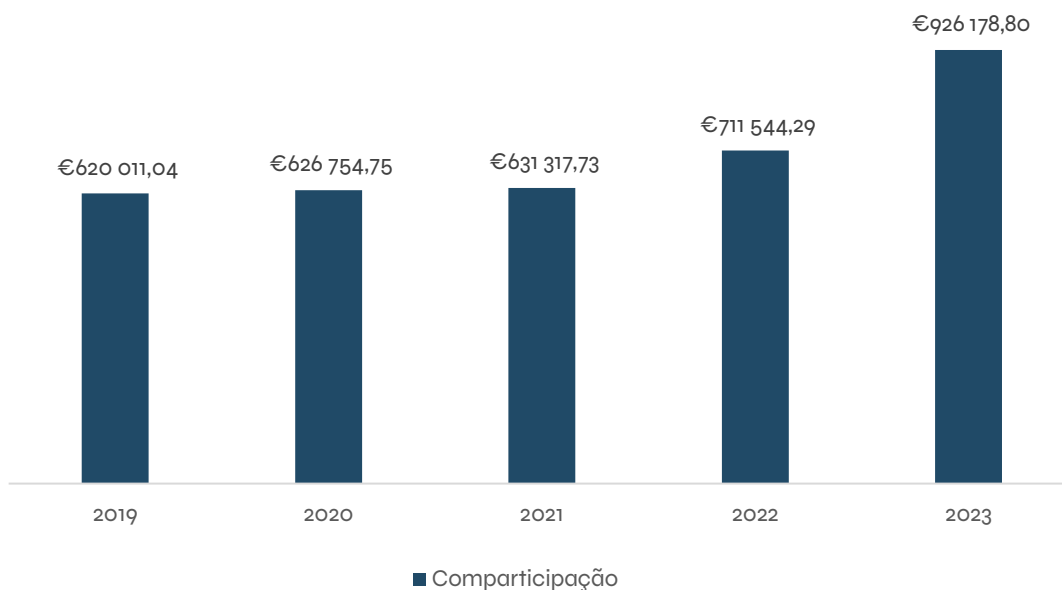
Gráfico 2 - % de utentes com diagnóstico demencial



Estes utentes na sua maioria possuem retaguarda familiar 88,70%, não obstante, a participação dos utentes continua a ser insuficiente, pois não comporta o valor necessário para colmatar os custos de operacionalidade destas duas respostas, devido ao elevado grau da dependência, quadros demenciais e a exigência que os cuidados destes preconizam em termos financeiros.

O Instituto da Segurança Social subsidiou cada idoso institucionalizado em 523,29€, no entanto, o custo médio dos utentes na ERPI Sousa Freire foi de 1.620,79€ e na ERPI Lúcia Lousada de 1.717,27€, tendo em conta a taxa de ocupação anual de cada uma destas respostas.

Gráfico 1 - Participação Familiar + Utentes



Estas respostas visam a estimulação de um processo de envelhecimento ativo e de qualidade, mediante a realização de Planos Individuais de Cuidados.

Assim, e para colmatar um dos grandes problemas inerentes à maioria dos nossos utentes, em 2023 foram criados dois ginásios de fisioterapia, um em cada ERPI, que visam promover ativamente a autonomia e qualidade de vida dos utentes.

Reforça-se que os colaboradores executam o seu trabalho, tendo por base os princípios da humanização de cuidados. A aplicação desta metodologia nos cuidados, possibilita estabelecer uma relação verdadeiramente humana com reflexos positivos em todo o processo de prestação de cuidados.

Foram retomadas as saídas ao exterior que se considera de extrema importância para o bem-estar dos utentes. De forma a manter e a fortalecer a relação familiar, foram privilegiados os contactos presenciais, assim como o uso de novas tecnologias (videochamadas).



Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a famílias e/ou pessoas que, por motivo de dependência física e/ou psíquica, não possam assegurar, de forma temporária ou permanente, a satisfação das suas necessidades básicas, a realização das atividades da vida diária e que não possuam retaguarda familiar.

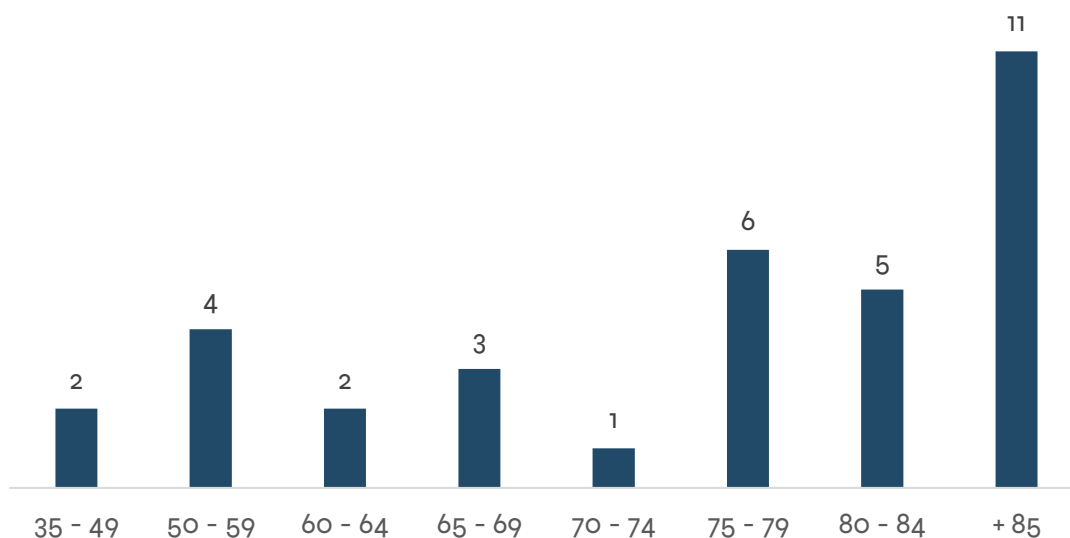
O aumento da esperança média de vida, o número de pessoas em situação de dependência, a vida profissional dos familiares e as carências económicas, contribuem para um crescimento do número de idosos vulneráveis levando á procura do Serviço de Apoio Domiciliário, sendo assim a nossa prioridade garantir a satisfação das necessidades básicas dos utentes e proporcionar os melhores cuidados.

Esta valência social dispõe de um acordo de cooperação com a Segurança Social, com capacidade para 36 utentes. Em 2023 a taxa de ocupação desta resposta foi de 97,69%. Este serviço teve 12 admissões e 12 cessações. Os motivos de cessação foram por motivo de falecimento, integração noutras respostas sociais entre outros.

No que diz respeito ao tipo de serviços prestados, verifica-se que neste momento os mais procurados são os cuidados do serviço de fornecimento de refeições e o tratamento de roupa.

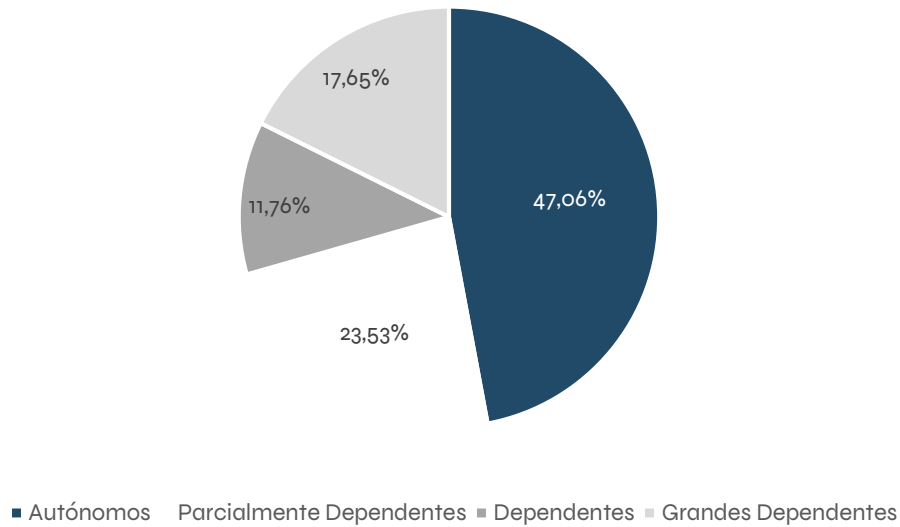
Relativamente aos utentes integrados, verificou-se que os utentes na faixa etária dos +85 anos são os que apresentam maior percentagem (32,3%), devido ao processo de envelhecimento inerente à sua idade, necessitando de apoio nas suas atividades de vida diária básicas ou instrumentais.

Gráfico 2 - Faixa etária utentes Serviço de Apoio Domiciliário



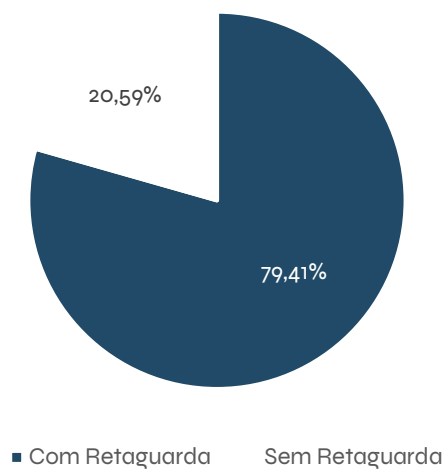
Importa ainda salientar que, segundo a aplicação da avaliação da funcionalidade dos utentes através do Índice de Barthel, 47,06% dos utentes são autónomos, 23,53% dos utentes são parcialmente dependentes, 11,76% encontram-se dependentes de terceiros nas atividades de vida diária e 17,65% são grandes dependentes.

Gráfico 3 - Grau de dependências dos utentes Serviço de Apoio Domiciliário



Relativamente à retaguarda familiar constatou-se que 79,41% dos utentes que integram esta resposta possuem alguma rede familiar ou cuidador/a informal. Os restantes utentes encontram-se integrados num contexto familiar mais vulnerável o que exige um maior envolvimento, supervisão e apoio de toda a equipa do SAD, não apenas na realização dos serviços contratualizados como na necessidade de resolução de problemas, nomeadamente no agendamento de consultas, agendamento de exames e apoio na aquisição de medicação e outros bens de primeira necessidade.

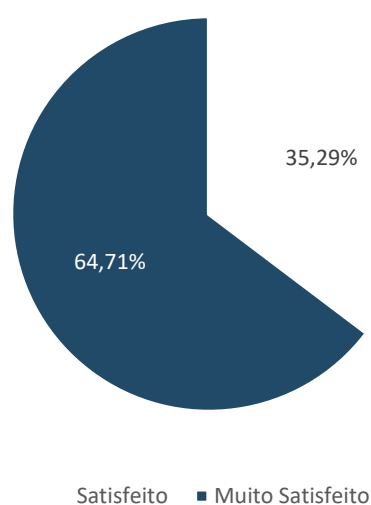
Gráfico 4 - Retaguarda Familiar dos Utentes



Todas as atividades individuais e coletivas previstas para o ano de 2023 foram realizadas, nomeadamente o convívio no São Martinho e a festa de Natal no Auditório da ERPI Lúcia Lousada. Estas atividades contribuíram para um impacto muito positivo no bem-estar emocional dos utentes.

Em 2023 foi aplicado um questionário de satisfação aos utentes do serviço. No que diz respeito à apreciação global, 64,71% encontram-se satisfeitos e 35,29% encontram-se muito satisfeitos, sendo que 100% destes recomendariam o serviço a terceiros.

Gráfico 8 - Apreciação global do serviço



Importa ainda referir que a candidatura ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência no âmbito da Mobilidade Verde Social com vista à aquisição duma viatura 100% elétrica teve diversos contratemplos por parte da empresa nos prazos de entrega, sendo previsível a entrega do veículo no início do ano de 2024.

O Serviço de Apoio Domiciliário constitui uma mais-valia face a outras respostas sociais, pois privilegia a permanência dos utentes no seu domicílio, junto dos seus familiares, ainda que com o apoio do SAD.

No entanto, consideramos pertinente que a atuação do SAD, continue a desenvolver-se e alargar-se a outros domínios, que lhes permita realizar novas experiências e contribuir para o alargamento de uma rede de relacionamento social e assim combater o fenómeno do isolamento e da solidão.



Cantina Social

A Santa Casa da Misericórdia de Lousada, tal como tem vindo a acontecer nos anos transatos, continua atenta às necessidades alimentares das famílias, que se encontram em situação de carência extrema. Nessa perspetiva proporcionado esta resposta aos utentes, através da rede social existente no concelho, que deteta as necessidades e as sinaliza.

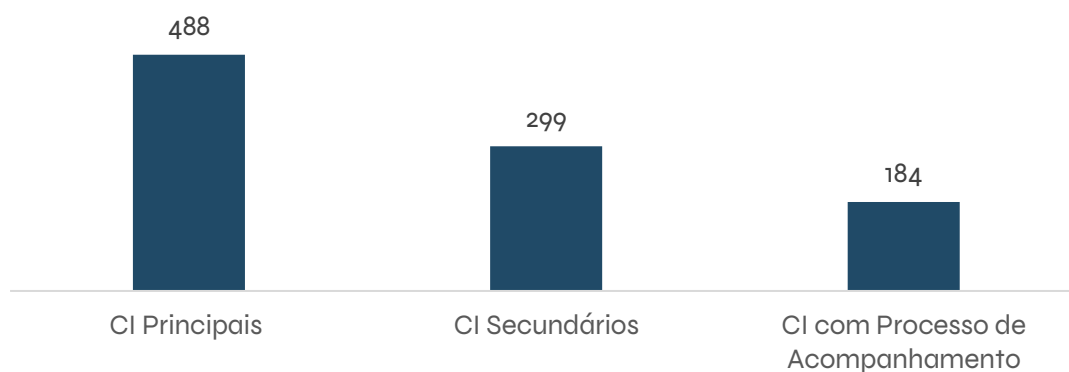
Em 2023 foram fornecidas 3220 refeições, mais 1503 que no ano transato. Este aumento resulta da vulnerabilidade económica dos utentes, agravamento das situações de saúde, entre outros.



Centro de Apoio ao Cuidador Informal de Lousada

O Centro de Apoio ao Cuidador Informal de Lousada (CACIL), mantém atividade desde 2019 e como é apanágio do serviço, procurou mobilizar parcerias e novos projetos para disponibilizar mais medidas de apoio. Desde 2019 foram identificados 787 CI (488 cuidadores principais e 299 cuidadores secundários). Em 2023 foram acompanhados de forma regular e com plano de intervenção 184 processos.

Gráfico 9 - *Cuidadores Informais*

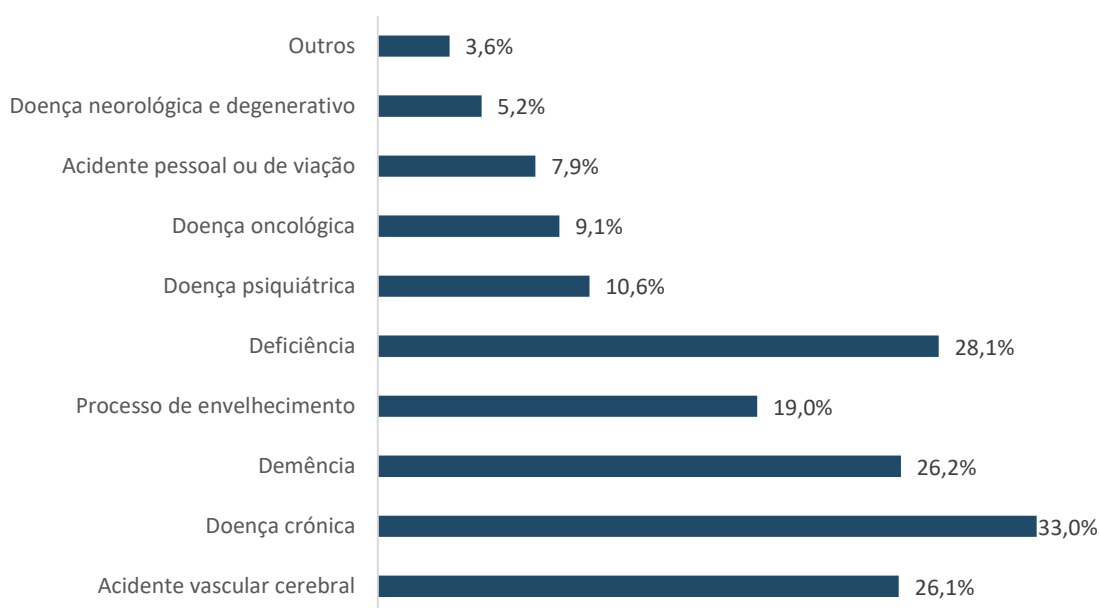


Perfil dos cuidadores

- Maioria são do sexo feminino (85,3%);
- Situam-se nos 41 aos 65 anos (73%);
- 20,8% dos CIs estão a trabalhar, acumulando a prestação dos cuidados ao trabalho. 38,2% estão desempregados devido à dificuldade em conciliar a permanente prestação de cuidados com as exigências laborais;
- 49,6% dos CIs apresentam problemas de saúde crónicos e, destes, mais de 80,9% alega que o facto de ser CI influencia negativamente seu estado de saúde;
- 44% são CI há mais de 6 anos e destes 11,5% prestam cuidados há mais de 25 anos.

No que respeita ao motivo que originou a necessidade de CI mantem-se a prevalência das doenças crónicas (33%), as deficiências (28,1%), seguidas das demências com 26,2% e AVCs (26,1%).

Gráfico 10 - Motivo que originou a necessidade de CI



Importa destacar a avaliação da Sobrecarga (escala de Zarit), que fundamenta a necessidade desta resposta, pois 85% dos CIs apresentam sobrecarga e destes 66% sobrecarga intensa.

Iniciativas realizadas

- Bolsa 'Lousada Cuida', em parceria com a Autarquia: 21 CIs foram substituídos desde o início do projeto e 22 capacitados.
- 3 Grupos Psicoeducativos, 2 ações de capacitação em grupo e atividades de encontro entre cuidadores no âmbito dos grupos de ajuda mútua, sendo um destes dirigido apenas a cuidadores de crianças, jovens e adultos com deficiência;
- Apoio psicológico: Foram acompanhados desde o início do projeto 90 cuidadores, destes 21 novos casos em 2023 e realizadas 117 consultas ao longo do ano;
- Jantar Solidário: realizado no mês Municipal do Cuidador Informal, novembro, que contou com a participação de mais de 150 pessoas;
- Atelier de costura 'Retalhos d'Amor': Constituído por cuidadoras informais, que integraram o atelier como estratégia de minorar o isolamento social, promover o sentimento de pertença e de utilidade social;
- Ajudas Técnicas: 42 CIs com o empréstimo de produtos de apoio.

Parcerias estabelecidas

- 'Quinta de Lourosa' que apadrinhou o CACIL e o apoio aos cuidadores informais;
- Gabinete 'Essência d'Beleza' que a partir de setembro de 2023 ofereceu vouchers de massagens de relaxamento aos CIs;
- Associação 'Estou Contigo', na iniciativa piloto e de voluntariado "Uma Voz Contigo!".

Por ultimo, destacar que em 2023 foi realizada uma candidatura ao Prémio Capacitar, do BPI Fundação 'La Caixa', com o Projeto 'Cuidar +', que permitiu dotar o serviço de mais recursos e criar uma Sala Multissensorial Comunitária, assim como novas respostas para cuidadores e cidadãos com deficiência e/ou doença mental.

Este projeto teve início em dezembro de 2023. Com a criação desta Sala e a realização de formação em *Snoezelen*, permitiu alocar novas especialidades à equipa, designadamente: fisioterapia, terapia ocupacional e musicoterapia.



Comissão Integrada para Idosos e Adultos Dependentes

As alterações demográficas que se têm verificado na população portuguesa e que se traduzem num envelhecimento populacional e aumento da dependência funcional em população ainda ativa, conduziu à criação da “Comissão Integrada para o Idoso e Adulto Dependente” em 2009 com o desafio de promover o envolvimento da comunidade, nesta dimensão da intervenção.

Esta Comissão é composta por um grupo de técnicos das entidades públicas e privadas do Concelho, com ou sem fins lucrativos e com intervenção na área do idoso e adulto dependente.

No ano de 2023, a equipa da Comissão Integrada para o Idoso e Adulto Dependente (CIIAD), tendo por base a realização de um ciclo de formações que também se irão prolongar ao longo de 2024.

Estas formações contam com diferentes parceiros, nomeadamente: UCC Lousada - ACeS TÂMEGA III - Vale do Sousa Norte; Unidade Local de Saúde do Tâmega e Sousa- Equipa de Enfermagem de Reabilitação; Câmara Municipal de Lousada- Proteção Civil; Complexo Social de Lousada e a SCML no âmbito da psicologia.

Estas formações são dirigidas para os colaboradores, porque são temas interessantes e relevantes para quem trabalha diretamente com os utentes, pelo que nunca é de mais dotarmo-nos de formações e aprendizagens que são sempre uma mais valia para o nosso desempenho diário.

Loja Social

A loja Social é um serviço da Misericórdia de Lousada, que disponibiliza gratuitamente e/ou a um preço simbólico, vestuário, calçado e outros artigos puericultura. Esta resposta, pretende apoiar as famílias carenciadas e sem capacidade de aquisição destes bens em lojas convencionais.

A Loja Social "Mão Amiga", continuou a sua atividade no ano de 2023, abrindo 2 vezes por semana, nomeadamente às terças-feiras de manhã e quintas-feiras no período da tarde.

No ano de 2023 foram contempladas 91 famílias com roupas, calçado, utensílios domésticos e de bebe.



Valência Infância

Creche

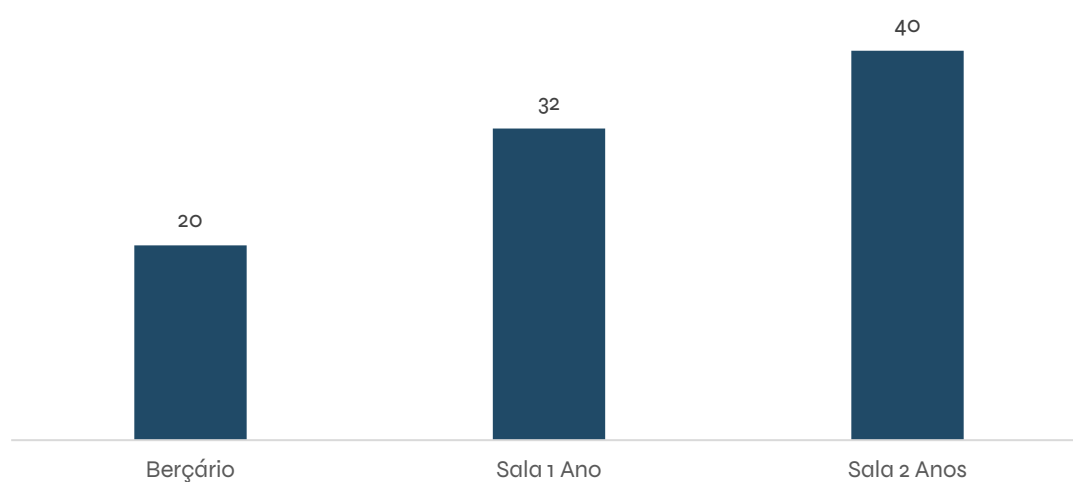
A resposta social creche encontra-se a funcionar desde 2007, no lugar do Ribeiro, freguesia de Sousela. Um edifício de construção moderna de um piso, excelente iluminação natural e dois parques infantis.

Os nossos serviços prestam apoio a crianças com idade até aos 36 meses. Promovemos uma educação num ambiente harmonioso, desafiante, estimulante e inclusivo, tendo em conta as necessidades de cada criança e o seu bem-estar.

Prestamos serviços vocacionados para o desenvolvimento e a aprendizagem proporcionando atividades de apoio à família. É um espaço pensado e organizado em função das crianças, adequado aos seus interesses e desenvolvimento integral.

A Creche da Misericórdia de Lousada tem capacidade para 92 crianças, apresentando-se desde setembro de 2023, com 100% da capacidade preenchida. O acordo da Segurança Social abrange 67 utentes.

Gráfico 11 – Número de utentes em Creche



O plano anual de atividades foi cumprido na sua totalidade. As atividades calendarizadas, foram realizadas e concluídas com sucesso indo de encontro quer às necessidades das crianças quer dos objetivos previstos, promovendo continuamente a cultura do cuidado holístico, assente na humanização e individualidade dos serviços educativos prestados.

A creche da Misericórdia de Lousada é um espaço totalmente renovado e pensado no bem-estar das crianças. Aqui encontra-se um ambiente que ajudará as crianças a crescer assente em dois pilares fundamentais, o amor e o carinho.



Valência Saúde

Hospital de Lousada

O Hospital de Lousada é uma unidade que tem como missão prestar cuidados de saúde de qualidade, acessíveis e humanizados aos seus utentes, através da promoção da saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento da doença.

Composto por diversas áreas de produção clínica, contamos hoje com um serviço de Consulta Externa com mais de 30 especialidades, Imagiologia com equipamentos de última geração que permitem a obtenção de Meios Complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT's) precisos e essenciais para um diagnóstico de qualidade, Internamento Cirúrgico e de Medicina, Bloco Operatório, Análises Clínicas e Atendimento Permanente disponível 24h.

O ano de 2023 foi marcado por resultados positivos em praticamente todas as linhas de atividade. Este desempenho é fruto da capacidade proativa de antecipação a desafios futuros, mudanças nas dinâmicas do setor da saúde e das necessidades dos nossos utentes.

Ao longo do período analisado, destacamos a nossa dedicação constante pela busca de práticas inovadoras, sustentáveis e diferenciadas em todas as áreas de atuação. Este compromisso visa assegurar não apenas a eficácia dos tratamentos, satisfação e o bem-estar dos nossos utentes, mas também a solidificação da nossa posição no setor da saúde, como um Hospital de referência a nível nacional.

Hospital de Lousada em números



*Não é possível a comparação com 2022 devido a alteração dos critérios aplicados.

Comparação realizada com base nos valores de produção obtidos no ano de 2022



Atendimento Permanente

O Serviço de Atendimento Permanente (SAP) tem no seu âmbito dar uma resposta rápida e adequada a todos os utentes que necessitem de uma avaliação médica e de enfermagem. O seu horário de funcionamento é de 24h por dia, 365 dias por ano.

No ano de 2023 foram vários os constrangimentos nas urgências de norte a sul do país, no entanto, o Ministério da Saúde e a própria Comissão Executiva do SNS mantém a posição de não participação do nosso serviço, levando a que muitos doentes se desloquem às urgências do hospital público gerando episódios de urgências potencialmente evitáveis, que poderiam ser tratadas em regime de Atendimento Permanente.

Não obstante, mantivemos o serviço aberto 24h por dia mesmo sabendo do encargo financeiro que tal decisão representa, mas que permite ao utente ter uma alternativa. Em 2023 tivemos um aumento da procura de 5,18% comparativamente ao ano de 2022.



Análises Clínicas

A atividade desenvolvida pelo serviço teve, como já é habitual, a satisfação das necessidades do utente e dos profissionais de saúde envolvidos no diagnóstico e prestação dos cuidados de saúde, cumprindo os prazos de execução preconizados e regulando a sua atividade com o rigor técnico e científico exigido por padrões de qualidade e excelência.

Continuamos a nossa aposta na revisão de procedimentos para que seja possível a redução dos tempos de espera para colheita, assim como, na simplificação dos processos administrativos reduzindo a carga de trabalho para os colaboradores.

O número de utentes que procuraram o serviço em 2023 teve um acréscimo de 1,06%, comparativamente ao ano de 2022.



Consulta Externa

Os acordos celebrados com a ARS Norte, a 31 de julho de 2015, para as áreas da consulta e cirurgia, têm vindo a sofrer diversas alterações nas diferentes linhas de produção com alterações significativas no seu valor financeiro, obrigando a Instituição a redefinir a sua estratégia tendo em conta que a produção efetuada neste âmbito tem um peso significativo na sua operacionalidade.

Em 2023 iniciamos o processo de recrutamento de mais profissionais médicos, com o objetivo de diversificar e reforçar o número de profissionais e criar novas consultas de especialidades. Com esta medida os utentes tiveram um leque mais alargado de especialidades, mais possibilidades de agendamento e escolha do profissional para a realização da sua consulta. Em termos de atendimentos, este serviço registou um volume de 52.797, representando um crescimento de 1,63% face a 2022.



Medicina Física de Reabilitação

O Serviço de Medicina Física e Reabilitação concentra-se na prevenção, diagnóstico e tratamento de incapacidades físicas e doenças que afetam a mobilidade, função muscular e a qualidade de vida dos utentes.

Os serviços prestados na MFR são: consulta de fisioterapia, fisioterapia, terapia ocupacional, terapia da fala, eletroterapia, cinesioterapia respiratória e mesoterapia.

No âmbito da reorganização do serviço e nos estudos de viabilidade, conclui-se que era impossível continuar a realizar tratamentos de terapia da fala com convenção pelo SNS, pelo que, foi solicitado o cancelamento do acordo.

Os projetos para a criação do novo Centro de Reabilitação encontram-se concluídos, encontrando-se pendente de licenciamento por parte da Câmara Municipal de Lousada e Autoridade de Saúde Pública, sendo previsível o início da obra no segundo semestre de 2024.



Imagiologia

O serviço de Imagiologia funciona em parceria com o Grupo Unilabs, tendo como objetivo a realização de exames complementares, para fins de diagnóstico, localização de lesões e monitorização de resultados de terapêutica.

Em 2023, o serviço de Imagiologia teve uma variação negativa pouco significativa de 0,55% em relação ao ano de 2022.

Mantemos o foco na redução dos tempos de resposta para a realização de exames, sendo que, em 2023 iniciamos um processo de interoperabilidade entre softwares de agendamento proporcionando uma resposta mais célere e alargada aos utentes que procuram os nossos serviços.

Os serviços de Consulta Externa, Atendimento Permanente e Internamento continuam a ter um peso relevante na produção deste serviço através das referenciarções internas realizadas.



Cirurgias

Em 2023 foi mantido o mesmo plano de produção cirúrgica por especialidade do ano anterior. Redefiniram-se os números de produção de acordo com a procura, tal como na consulta, e de acordo com o *plafond* existente no âmbito de ambulatório e convencional.

Da lista dos Agrupamentos de Centros de Saúde da área geográfica de intervenção da ARS preferencialmente referenciadores são os ACES de: Gondomar, Maia/Valongo, Marão e Douro Norte, Vale do Sousa Norte e Vale do Sousa Sul. As áreas de prestação abrangidas pelo Acordo são: Cirurgia Geral, Cirurgia Vascular, Cirurgia Plástica, Dermatologia, Ginecologia, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia e Urologia.

O número de cirurgias aumentou cerca de 9,22% relativamente a 2022, no âmbito global. Este volume cirúrgico distribuiu-se por 209 pequenas cirurgias, 3475 cirurgias, perfazendo um total de 3684 atos.



Unidade de Cuidados Continuados Integrados

A Unidade de Média Duração e Reabilitação, da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), usa um processo ativo e contínuo de reabilitação, readaptação e reinserção social e familiar no sentido de cumprir a missão de promover a autonomia e melhoria da funcionalidade em situação de dependência, prestando cuidados de saúde e apoio social a utentes com previsão de internamento até 90 dias.

Caracterização da Unidade

- Taxa de ocupação manteve o valor do ano de 2022, 98,2%;
- Média de idades de 79 anos, sendo 62,2% do gênero feminino;
- Proveniência dos utentes, 57,4% foram referenciados por Hospitais, 40,9% foi proveniente de outras unidades da RNCCI (seja por alteração de tipologia ou por transferência por proximidade);

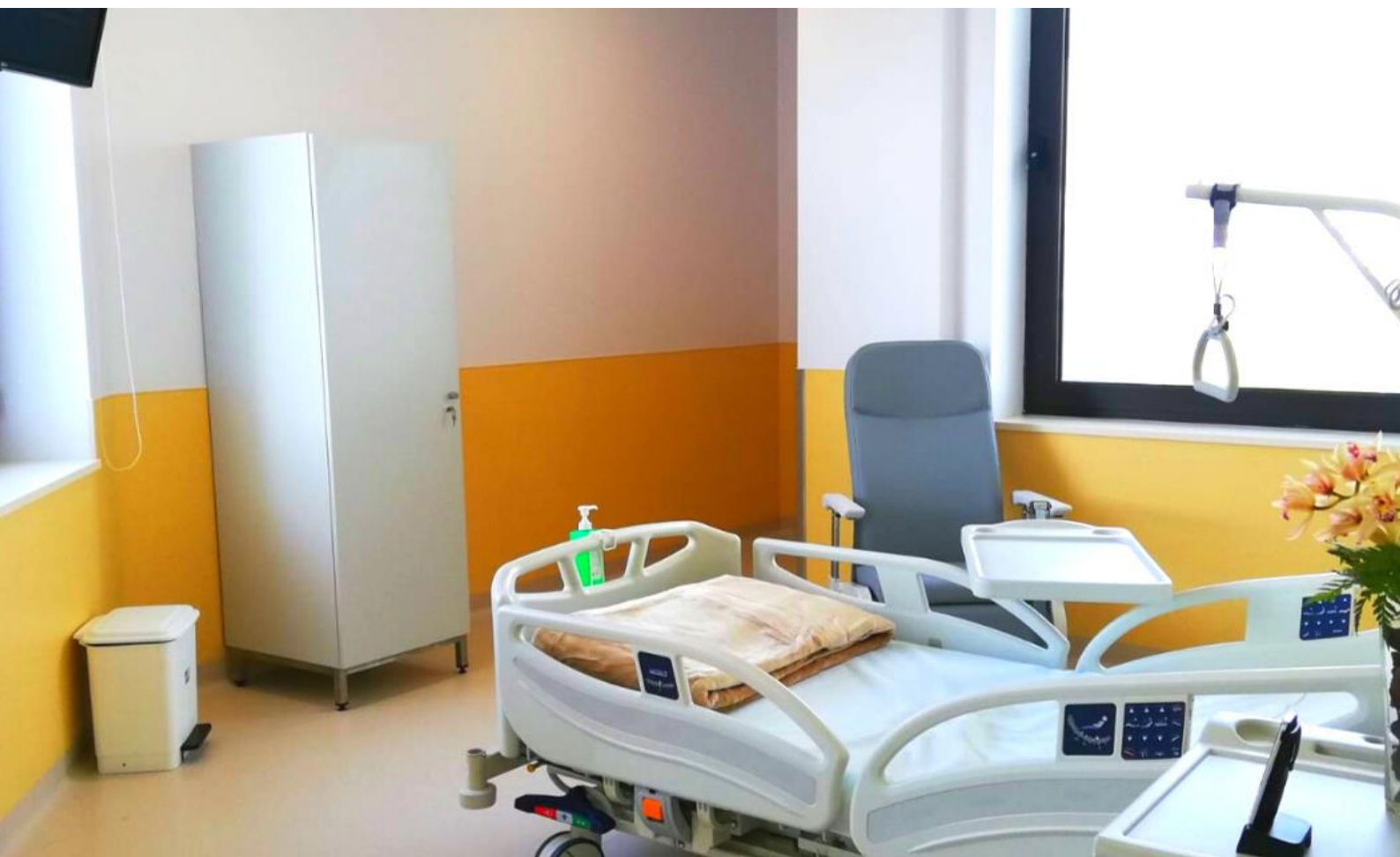
- 61,3% dos utentes tiveram alta da unidade por atingimento dos objetivos planeados, sendo que destes, 84,2% regressaram ao seu domicílio e 15,8% foram integrados em ERPI.

A reinserção social e familiar tem sido possível através de uma relação muito próxima entre as famílias, comunidade e o serviço. De realçar ainda que 12,9% dos utentes foram transferidos para outra tipologia de internamento da RNCCI, para prossecução de cuidados, sendo que apenas 1,6% dos utentes foram transferidos por proximidade. Estas evidências mostram uma redução bastante significativa relativamente a anos anteriores, revelando que apesar da distância às suas áreas de residência, os utentes sentem-se confortáveis e satisfeitos relativamente aos resultados obtidos durante o internamento, permitindo assim à equipa, alcançar um plano mais profícuo e contínuo.

Sobre os resultados do impacto do trabalho da equipa multidisciplinar nos utentes, manteve-se a aplicação da Medida de Independência Funcional, para estudo do impacto das ações realizadas na melhoria da funcionalidade dos utentes. Importa comunicar que durante o internamento no ano de 2023, em média, houve um aumento de 17,48 valores na aplicação da escala, o que reflete uma melhoria da funcionalidade e impacto positivo da mesma na vida dos utentes.

Produção científica

- Poster Premiado, sobre “A Continuidade de Cuidados na Transição para a Comunidade após Internamento em UCCI”, que incide sobre a promoção e continuidade de cuidados no pós-alta dos utentes
- Comunicação realizada no Congresso Internacional Sobre Envelhecimento, da Associação Nacional de Gerontologia Social, intitulado “ArreVita – Programa de Estimulação e Reabilitação Neurocognitiva (Estudo Piloto)”. Este trabalho mereceu convite para publicação na Revista Ibero-Americana de Gerontologia, o que aconteceu em dezembro de 2023.



Unidade de Internamento Integrado

A Unidade de Internamento Integrado (UII) continuou em funcionamento em 2023, funcionando em regime de internamento privado e como unidade de retaguarda para Hospitais do SNS.

O protocolo com Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, foi renovado com a disponibilização de 16 vagas para o ano de 2023. Os bons resultados obtidos nesta parceria associados a solidificação do modelo de prestação de cuidados levaram a abertura de uma nova parceria desta vez com o Centro Hospitalar Universitário de São João, com a disponibilização de 10 camas.

Em 2023, foram 11.050 dias de internamento concretizados, o que se traduziu num aumento de mais de 300% comparado com o ano transato.



Recursos Humanos

A Gestão de Recursos Humanos é hoje em dia um fator muito importante nas organizações, sendo destacado como o recurso mais valioso em qualquer organização.

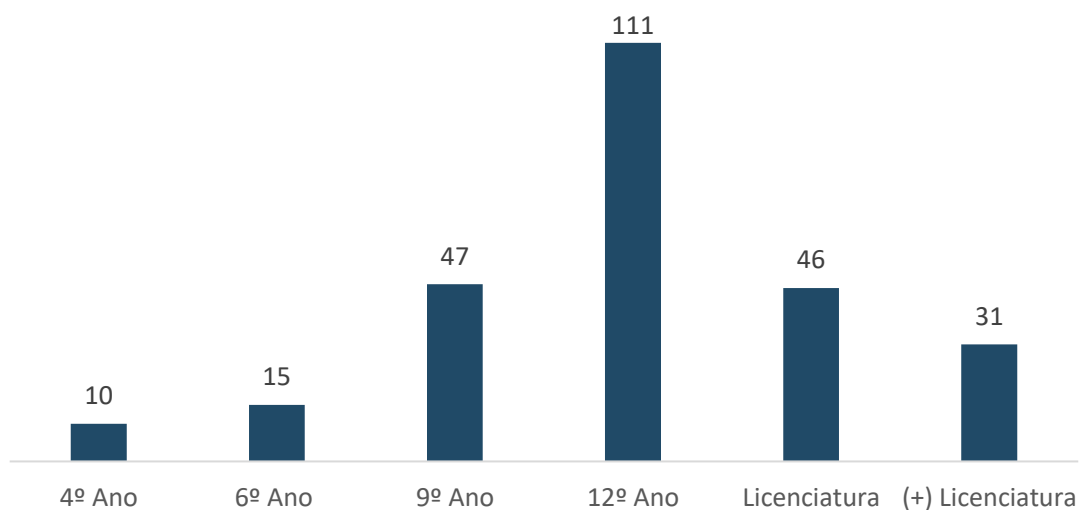
Os recursos humanos são continuamente confrontados com a necessidade permanente de reajuste a novas condições de trabalho, capacidade de inovação, adaptação a novas tecnologias, novas formas de saber e fazer, com o objetivo de atingir altos níveis de eficiência e eficácia no cumprimento dos objetivos da Misericórdia de Lousada.

A Misericórdia ao longo dos anos teve de desenvolver capacidades de adaptação rápida às novas condições que vão surgindo, um processo com implicações internas, em termos de organização e da relação dos colaboradores com a Instituição.

Como referido anteriormente e pela sua importância no que diz respeito à eficiência dos serviços e numa perspetiva de melhoria contínua da qualidade e eficácia das ações, o rigor na seleção dos novos colaboradores tem-se traduzido num aumento médio das habilitações dos quadros da Misericórdia de Lousada.

Cerca de 29,62% dos colaboradores possuem licenciatura ou mais habilitações e 42,69% possui o 12º ano. As habilitações médias dos colaboradores continuam a aumentar o que reforça a evolução positiva dos últimos anos, com reflexo no desempenho global da organização.

Gráfico 12 - Número de colaboradores de acordo com as habilitações académicas



O crescimento do número de colaboradores, atualmente 260, deve-se em grande parte ao Hospital (com um peso relativo de 56,15% dos RH existentes na Instituição).

O aumento verificado deve-se sobretudo à reestruturação e criação de serviços, que pela sua dimensão levou a contratação de novos colaboradores de diferentes categorias profissionais.

Analogamente nas respostas sociais, mais propriamente nas ERPI's, devido ao aumento generalizado dos níveis de dependência por partes dos utentes, houve a necessidade de reforçar os rácios de colaboradores estabelecidos.

É importante referir que a Misericórdia de Lousada continuou a apostar num reforço significativo do número de RH para fazer face a todas as necessidades que vão surgindo.

O índice de absentismo, a implementação e cumprimento rigoroso de medidas de prevenção, tais como, limpeza e higienização de espaços e equipamentos, reorganização das equipas de trabalho e a evolução dos serviços prestados, foram fatores preponderantes para o aumento do número de colaboradores.

Tabela 1 - *Crescimento número de colaboradores 2017-2023*

Valência	2019	2020	2021	2022	2023
Hospital	120	129	138	141	146
ERPI Sousa Freire	55	56	55	55	55
ERPI Lúcia Lousada	28	28	29	29	31
Infantário	21	21	20	20	19
SAD	7	7	7	7	7
CACIL	3	2	2	2	2

Face às necessidades de especialização e atualização profissional e com o objetivo de incrementar o desempenho e qualidade dos serviços prestados, a Misericórdia de Lousada dota os seus colaboradores de ferramentas e conhecimentos essenciais para a execução das suas tarefas.

Nesse sentido, no ano 2023 foram implementadas e facultadas ações de formação a grandes grupos de trabalho, assim como formações mais especializadas e direcionadas a diferentes categorias profissionais.

Sempre que um colaborador que por iniciativa própria pretenda melhorar as suas habilitações e conhecimentos, a Misericórdia de Lousada, sempre que possível, ajusta as condições de laborais e apoia financeiramente para que seja conciliação entre trabalho e formação.

Tabela 2 - *Ações de formação implementadas / facultadas em 2023*

Designação da Formação	Nº de colaboradores
Prevenção de Queda	28
Comunicação e Relações interpessoais	28
Estimulação Cognitiva	28
Inaladores por Camara Expansora	12
Rastreio Nutricional	9
Melhoria da Qualidade de Cuidados	28
Precauções Básicas Higiene	25
Sistemas de informação	25
Procedimentos de Higiene e Desinfeção	37
Prevenção das Úlceras de Pressão	23
Plano de incontinência - Fraldas	44
HACCP *	16
Tratamento de feridas - Úlceras de Pressão	3
Comunicação	12
Protocolos de Atuação	64
Protocolo de Atuação Noturno	18
Registo de Atividades Diárias	52
Reciclagem formativa - Humanitude	51
Segurança - Posturas a Adotar	32
Formação em Proteção Radiológica - Nível II	1
Enfermagem à Pessoa em Situação Paliativa	1
Gestão das Organizações Sociais	2

Todo o trabalho desenvolvido só é possível devido ao esforço, dedicação e empenho de todos os colaboradores da Misericórdia de Lousada



Evolução Económica

Rendimentos e Gastos

Tabela 3 - *Análise das variações nas principais rubricas de Rendimentos*

Rúbrica	2023	2022	Var %
Vendas e Serviços prestados	16.529.362,78 €	13.616.078,72€	21,4%
Subsídios e Legados à Exploração	150.423,60€	138.783,39€	8,4%
	16.679.786,38€	13.754.862,11 €	21,3%

Nas principais rubricas de rendimentos, constata-se um aumento de 21,3% face ao ano de 2022, consequência do crescimento da atividade dos serviços da Misericórdia de Lousada, refletindo-se no aumento da rúbrica de Vendas e Serviços Prestados em 21,4%.

A rubrica de Subsídios e Legados à Exploração teve durante o ano de 2023 um aumento de 8,4%.

Tabela 4 - *Análise da variação das principais rubricas de Gastos*

Rubrica	2023	2022	Var %
Gastos com Pessoal	4.739.530,57€	4.351.343,63€	8,9%
CMVMC	1.697.764,68€	1.273.058,11€	33,4%
FSE	6.716.008,46€	6.268.927,43€	7,1%
Depreciações	976.120,98€	982.071,24€	-0,6%
Outros Gastos	66 389,86€	44.223,85€	50,0%
	14.195.814,55€	12.919.624,3€	9,9%

As principais rubricas de gastos sofreram na sua generalidade um aumento face a 2022 de 9,9%. Este aumento deve-se em grande medida ao aumento da prestação de serviços, gerado pelo aumento da atividade, assim como, pelo aumento das matérias primas e inflação.

A rubrica Gastos com Pessoal sofreu uma variação significativa (8,9%) na estrutura de gastos, devido ao aumento do salario mínimo nacional e consequente aumento á proporção dos outros salários da instituição com o objetivo de manter o distanciamento entre categorias profissionais.

Análise Económico – Financeira

Em comparação com o ano transato, mantem-se a tendência negativa dos resultados das valências sociais, especialmente nas valências de ERPI e Creche.

Urge a necessidade de manter a política de racionalização dos custos, já que este setor é fortemente penalizado pela comparticipação de utentes, estagnação dos subsídios e agravamento dos restantes custos de operacionalidade, constante nos últimos anos.

Em 2023 foram realizadas diversas reestruturações importantes nos serviços, acreditando que no próximo ano se possa alterar/ atenuar algumas tendências negativas. Foram

também preparados diversos projetos na área social e área hospitalar para a renovação e criação de novos espaços com o objetivo de melhorar a nossa capacidade de resposta, assim como, melhorar as condições de trabalho dos nossos colaboradores.

A Misericórdia de Lousada aumentou ligeiramente a autonomia financeira (86,27%), sendo a solvabilidade financeira de 628,27%, traduzindo a solidez financeira da Instituição.

O rácio de liquidez geral apresenta um valor 3,53 evidenciando a capacidade da Instituição cumprir as suas obrigações recorrendo a ativos de curto prazo.

Tabela 5 - *Indicadores Económico - Financeira*

Indicadores	2023	2022
Rentabilidade do volume de negócios	17,26%	8,74%
Prazo Medio de Pagamentos (dias)	36,92	40,08
Prazo Medio de Recebimentos (dias)	47,95	47,36
Liquidez Geral	3,53	2,70
Autonomia Financeira	86,27	84,15
Solvabilidade Financeira	628,27%	531,01%
Endividamento	13,73%	15,85%

Não se pode também deixar de referir o EBITDA/Vol.Negocios, que foi de 23,26%. Este indicador financeiro permite perceber quanto é que uma organização gera de recursos através das suas atividades operacionais, sem efeitos de impostos ou outros efeitos financeiros. Este indicador permite analisar o processo como um todo, possibilitando medir a eficiência e a produtividade da organização, um ponto essencial para a organização que pretenda investir.

Santa Casa da Misericórdia de Lousada

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023

Balanço

31 de dezembro de 2023

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2023	31-12-2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.1	13 746 236,51	13 978 388,16
Ativos intangíveis	5.2	8 362,58	9 998,98
Investimentos financeiros	12.1	61 341,35	58 136,66
		13 815 940,44	14 046 523,80
Ativo corrente			
Inventários	6	510 508,59	434 986,85
Créditos a receber	12.2	3 302 498,98	2 316 154,21
Estado e outros entes públicos	12.8	30 985,69	35 435,69
Diferimentos	12.3	45 216,37	16 972,01
Outros ativos correntes	12.4	85,30	85,30
Caixa e depósitos bancários	12.5	8 581 488,75	6 785 236,64
		12 470 783,68	9 588 870,70
Total do Ativo		26 286 724,12	23 635 394,50
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.6	612 372,87	612 372,87
Resultados transitados	12.6	17 835 162,09	16 762 058,92
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	1 376 090,00	1 442 190,39
		19 823 624,96	18 816 622,18
Resultado Líquido do período		2 853 607,18	1 073 103,17
Total dos fundos Patrimoniais		22 677 232,14	19 889 725,35
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	73 716,53	
Financiamentos obtidos	12.9		197 073,01
		73 716,53	197 073,01
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	871 204,32	865 547,17
Estado e outros entes públicos	12.8	145 863,01	138 371,02
Financiamentos obtidos	12.9	199 562,41	334 191,19
Diferimentos	12.3	35 468,19	16 605,02
Outras passivos correntes	12.10	2 283 677,52	2 193 881,74
		3 535 775,45	3 548 596,14
Total do passivo		3 609 491,98	3 745 669,15
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		26 286 724,12	23 635 394,50

Lousada, 06 de março de 2024

Demonstração dos Resultados por Naturezas

31 de dezembro de 2023

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	7	16 529 362,78	12 350 557,72
Subsídios, doações e legados à exploração	8	150 423,60	1 404 304,39
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(1 697 764,68)	(1 273 058,11)
Fornecimentos e serviços externos	12.11	(6 716 008,46)	(6 268 927,43)
Gastos com o pessoal	10	(4 739 530,57)	(4 351 343,63)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	(15 664,23)	(140 174,87)
Provisões (aumentos/reduções)	9	(73 716,53)	
Ganhos por aumentos de justo valor		3 304,68	
Outros rendimentos	12.12	469 904,72	384 964,27
Outros gastos	12.13	(66 389,86)	(44 223,85)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 843 921,45	2 062 098,49
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(976 120,98)	(982 071,24)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 867 800,47	1 080 027,25
Juros e gastos similares suportados	12.14	(14 193,29)	(6 924,08)
Resultados antes de impostos		2 853 607,18	1 073 103,17
Resultado líquido do período		2 853 607,18	1 073 103,17

Lousada, 06 de março de 2024

Demonstração Alterações Fundos Patrimoniais (Período 2023)

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	6	612 372,87	17 835 162,09	1 442 190,39		19 889 725,35	19 889 725,35
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(66 100,39)		(66 100,39)	-66 100,39
	7	-	-	(66 100,39)	-	(66 100,39)	-66 100,39
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				2 853 607,18	2 853 607,18	2 853 607,18
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				2 853 607,18	2 787 506,79	2 787 506,79
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados						-	-
Outras operações						-	-
	10	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	11=6+7+8+10	612 372,87	17 835 162,09	1 376 090,00	2 853 607,18	22 677 232,14	22 677 232,14

Lousada, 06 de março de 2024

Demonstração Alterações Fundos Patrimoniais (Período 2022)

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6	612 372,87	16 762 058,92	1 456 131,23		18 830 563,02	18 830 563,02
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(13 940,84)		(13 940,84)	-13 940,84
	7	-	-	(13 940,84)	-	(13 940,84)	- 13 940,84
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				1 073 103,17	1 073 103,17	1 073 103,17
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				1 073 103,17	1 059 162,33	1 059 162,33
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados						-	-
Outras operações						-	-
	10	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	11=6+7+8+10	612 372,87	16 762 058,92	1 442 190,39	1 073 103,17	19 889 725,35	19 889 725,35

Lousada, 06 de março de 2024

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

31 de dezembro de 2023

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
<u>Fluxos de caixa das atividade operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		16 108 071,58	12 055 436,76
Pagamento a fornecedores		(8 485 032,71)	(7 383 318,06)
Pagamentos ao pessoal		(4 691 029,01)	(4 265 208,00)
Caixa gerada pelas operações		2 932 009,86	406 910,70
Outros recebimentos/pagamentos		(191 456,62)	1 349 158,83
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2 740 553,24	1 756 069,53
<u>Fluxos de caixa das atividade de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(798 094,08)	(1 139 664,93)
<i>Ativos intangíveis</i>		(2 445,67)	-
<i>Investimentos financeiros</i>		(3 204,69)	(11 425,47)
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		58 455,00	769,00
<i>Outros Ativos</i>		115 259,02	122 886,37
<i>Subsídios ao investimento</i>		4 561,59	48 863,03
<i>Juros e rendimentos similares</i>		27 672,29	1 557,91
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(597 796,54)	(977 014,09)
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(331 701,79)	(331 188,33)
<i>Juros e gastos similares</i>		(14 802,80)	(7 091,58)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		(346 504,59)	(338 279,91)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1 796 252,11	440 775,53
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		6 785 236,64	6 344 461,11
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8 581 488,75	6 785 236,64

Lousada, 06 de março de 2024

Anexo

1. Identificação da Entidade

A “Santa Casa da Misericórdia de Lousada” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS”, com sede em “Avenida Major Arrochela Lobo n.º 157, 4620-697 Lousada”. Tem como atividades o “Apoio Social para Pessoas Idosas, com Alojamento” e “Estabelecimento de Saúde com Internamento”, para que de acordo com os princípios da doutrina cristã possa prosseguir os objetivos de satisfazer as carências sociais.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 – Referencial Contabilístico

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpôs a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, a Normalização Contabilística para entidades do setor não lucrativo foi objeto de alterações substanciais, implicando também a revisão dos modelos de demonstrações financeiras neles previstos. Assim, a partir de 01 01 2016, foi aplicada a Norma contabilística e de relato financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) do Sistema de Normalização Contabilística aprovada pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com:

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fidedigna e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexistência influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras que podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Exceto o referido na nota 4 quanto à alteração da política contabilística adotada para as participações da Segurança Social, a informação de 2023 é comparável com a informação de 2022.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20-50
Equipamento básico	4-12
Equipamento de transporte	4-7
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	4-8
Outros Ativos fixos tangíveis	4-8
Outros Ativos fixos tangíveis	4-8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as quais se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	
...	
Outros Ativos intangíveis	

O valor residual de um “*Ativo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados.

3.2.4. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

No entanto, não existindo participações onde a SCML exerça qualquer tipo de influência, os Investimentos Financeiros encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição.

3.2.5. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.6. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Irmãos / Doadores

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de irmãos / doadores que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em

imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-ESNL)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “*As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*

- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Foi alterada a política de contabilização das participações financeiras resultantes dos acordos de cooperação celebrados entre a SCML e a Segurança Social, em sintonia com uma resposta da

CNC a um pedido de parecer da União das Misericórdias Portuguesas acerca desta temática. Assim, em 31/10/2023, a CNC emitiu o seguinte parecer:

“Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuído como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente, estamos perante uma prestação de serviços (Conta 72);

Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuído tendo em vista suportar os custos de funcionamento, estamos perante um subsídio à exploração (Conta 75)”.

Desta forma, estando as comparticipações à SCML dependentes da variação de frequências dos utentes, e atribuído como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente, estamos perante uma prestação de serviços (Conta 72) e não perante um subsídio (Conta 75) como vinha sendo tratado anteriormente, aliás, por exigência da própria Segurança Social.

O impacto desta diferença de tratamento cifra-se em 1.261.223,50€ que passaram agora a ser evidenciados em "Prestações de Serviços" em detrimento de "Subsídios". Esta alteração de política encontra-se devidamente divulgada no Anexo nas suas notas 7 e 8.

5. Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis

5.1 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2023						
	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Vendas / Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 336 355,62		(15 639,41)			1 320 716,21
Edifícios e outras construções	15 742 695,16		(46 917,97)	(2 666,28)		15 693 110,91
Equipamento básico	4 992 835,74	157 389,02	(123,50)	75 723,92		5 225 825,18
Equipamento de transporte	302 926,76	39 878,85	(113 753,36)			229 052,25
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	1 294 081,86	251 462,65				1 545 544,51
Outros Ativos fixos tangíveis	151 320,70	32 812,56				184 133,26
Investimentos em curso	778 271,28	318 951,63		(75 723,92)		1 021 498,99
Total	24 598 487,12	800 494,71	(176 434,24)	(2 666,28)	-	25 219 881,31
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	4 956 865,94	591 746,71	(4 616,21)			5 543 996,44
Equipamento básico	4 095 079,04	287 399,13	(123,50)			4 382 354,67
Equipamento de transporte	288 213,35	14 713,41	(113 753,36)			189 173,40
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	1 199 839,67	64 376,56				1 264 216,23
Outros Ativos fixos tangíveis	80 100,96	13 803,10				93 904,06
Total	10 620 098,96	972 038,91	(118 493,07)	-	-	11 473 644,80
Valor Líquido AFT	13 978 388,16					13 746 236,51

Santa Casa da Misericórdia de Lousada

Durante o ano de 2023 finalizou-se a aquisição de uma nova torre de Laparoscopia para o bloco operatório, tendo-se transferido de ativos em curso par ativos fixos tangíveis o valor de 75.723,92 euros.

Deu-se continuidade às obras de remodelação do Piso 2 e do sistema AVAC no edifício mais antigo do hospital. Também no decorrer do exercício de 2023 deu-se início às obras de ampliação da Fisioterapia. Encontram-se ainda em fase de projeto a nova ERPI da Quinta da Vinha, construção de um Bloco de Apoio, a Remodelação do Piso 3 do hospital e a construção de novos Edifícios para Habitação na rua de Santo António (Silvares) e Aveleda.

Em Ativo Fixos Tangíveis encontram-se evidenciados dois prédios (quinhão hereditário por 13.050,88 euros). Dos esforços desenvolvidos no sentido de executar essa herança, falta apenas proceder ao seu registo definitivo, o qual apresenta dificuldades relacionadas com a identificação e localização da totalidade dos herdeiros em causa.

Encontram-se evidenciados em Balanço na rubrica “Ativos Fixos Tangíveis” imóveis no montante de 47.996,41 euros que se referem a prédios rústicos, nomeadamente terrenos/quintas na antiga freguesia de S. Miguel, dos quais ainda não foi possível concluir a atualização das áreas nem os respetivos levantamentos topográficos que continuam em curso.

31 de Dezembro de 2022						
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Vendas / Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 336 355,62	-	-	-	-	1 336 355,62
Edifícios e outras construções	15 195 589,78	42 624,12	-	504 481,26	-	15 742 695,16
Equipamento básico	4 878 757,78	117 171,96	(3 094,00)	-	-	4 992 835,74
Equipamento de transporte	302 926,76	-	-	-	-	302 926,76
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	1 246 290,14	48 026,11	(234,39)	-	-	1 294 081,86
Outros Ativos fixos tangíveis	96 150,27	3 784,49	-	51 385,94	-	151 320,70
Investimentos em curso	418 016,53	927 573,25	-	(567 318,50)	-	778 271,28
Total	23 474 086,88	1 139 179,93	(3 328,39)	(11 451,30)	-	24 598 487,12
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	4 390 995,27	565 870,67	-	-	-	4 956 865,94
Equipamento básico	3 790 910,20	307 262,84	(3 094,00)	-	-	4 095 079,04
Equipamento de transporte	269 300,90	18 912,45	-	-	-	288 213,35
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	1 120 521,07	79 552,99	(234,39)	-	-	1 199 839,67
Outros Ativos fixos tangíveis	71 219,13	8 881,83	-	-	-	80 100,96
Total	9 642 946,57	980 480,78	(3 328,39)	-	-	10 620 098,96
Valor Líquido AFT	13 831 140,31					13 978 388,16
Valor Líquido AFT						
13 831 140,31					13 978 388,16	

5.2 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Santa Casa da Misericórdia de Lousada

31 de Dezembro de 2023

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
<i>Goodwill</i>	-					-
Projectos de Desenvolvimento	-					-
Programas de Computador	11 451,30	2 445,67				13 896,97
Propriedade Industrial	-					-
...	-					-
Outros Ativos intangíveis	138,14					138,14
Total	11 589,44	2 445,67	-	-	-	14 035,11
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-					-
Programas de Computador	1 590,46	4 082,07				5 672,53
Propriedade Industrial	-					-
...	-					-
Outros Ativos intangíveis	-					-
Total	1 590,46	4 082,07	-	-	-	5 672,53
Valor Líquido Ativos Intangíveis	11 589,44					8 362,58

31 de Dezembro de 2022

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	11 451,30	-	11 451,30
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	138,14					138,14
Total	138,14	-	-	11 451,30	-	11 589,44
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	1 590,46	-	1 590,46
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	1 590,46	-	1 590,46
Valor Líquido Ativos Intangíveis	138,14					9 998,98

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2023	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2023
Mercadorias	-	2 567,80		2 381,65
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	434 986,85	1 761 751,59	8 967,03	508 126,94
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Total	434 986,85	1 764 319,39	8 967,03	510 508,59
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				1 697 764,68
Variações nos inventários da produção				-

Santa Casa da Misericórdia de Lousada

Descrição	Inventário em 01-Jan-2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2022
Mercadorias		-		-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	384 564,80	1 496 501,94	(173 021,78)	434 986,85
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Total	384 564,80	1 496 501,94	(173 021,78)	434 986,85

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 273 058,11
Variações nos inventários da produção	-

7. Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Vendas		-
Prestação de Serviços	16 529 362,78	12 350 557,72
Quotas dos utilizadores		-
Quotas e Jóias	4 918,00	2 402,50
Promoções para captação de recursos		-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		-
Subsídios, doações e legados à exploração	150 423,60	1 404 304,39
Juros	52 001,00	2 905,11
<i>Royalties</i>		-
Dividendos		-
Total	16 736 705,38	13 760 169,72

Conforme explanado na nota 4, no exercício de 2023 foi alterada a política contabilística relativamente às comparticipações da Segurança Social relativamente aos utentes das Valências Sociais (ERPis, Apoio domiciliário e Creche) e dos Cuidados Continuados. Deste modo, os valores de “Rédito” com as comparticipações da Segurança Social em 2022 reexpressas são os seguintes:

Descrição	2023	2022
Vendas		-
Prestação de Serviços	16 529 362,78	13 557 556,98
Quotas dos utilizadores		-
Quotas e Jóias	4 918,00	2 402,50
Promoções para captação de recursos		-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		-
Subsídios, doações e legados à exploração	150 423,60	197 305,13
Juros	52 001,00	2 905,11
<i>Royalties</i>		-
Dividendos		-
Total	16 736 705,38	13 760 169,72

8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “*Subsídios do Governo*” e “*Apoios do Governo*”:

Santa Casa da Misericórdia de Lousada

Descrição	2023	2022
Subsídios do Governo	38 454,46	1 319 221,43
Segurança Social		1 265 521,00
PT2020	6 299,26	21 670,21
IEFP	20 880,21	25 030,22
IAPMEI		7 000,00
BPI Fundação LA CAIXA	11 274,99	-
Outros	111 969,14	85 082,96
Camara Municipal de Lousada	18 745,49	1 000,00
Doações	93 223,65	84 082,96
	-	-
Total	150 423,60	1 404 304,39

Conforme explanado na nota 4, no exercício de 2023 foi alterada a política contabilística relativamente às comparticipações da Segurança Social relativamente aos utentes das Valências Sociais (ERPIs, Apoio domiciliário e Creche) e dos Cuidados Continuados. Deste modo, os valores de “Subsídios do Governo” com as comparticipações da Segurança Social em 2022 reexpressas são os seguintes:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Governo	38 454,46	112 222,17
Segurança Social		58 521,74
PT2020	6 299,26	21 670,21
IEFP	20 880,21	25 030,22
IAPMEI		7 000,00
BPI Fundação LA CAIXA	11 274,99	-
Outros	111 969,14	85 082,96
Camara Municipal de Lousada	18 745,49	1 000,00
Doações	93 223,65	84 082,96
	-	-
Total	150 423,60	197 305,13

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “*Provisões*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022	Aumentos	Diminuições	2023
Impostos	-	-	-	-
Garantias a clientes	-	-	-	-
Processos judiciais em curso	-	73 716,53	-	73 716,53
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	-	-	-
Matérias ambientais	-	-	-	-
Contratos onerosos	-	-	-	-
Reestruturação	-	-	-	-
Outras provisões	-	-	-	-
Total	-	73 716,53	-	73 716,53
Provisões específicas do sector	-	-	-	-

As presentes Provisões foram reconhecidas para fazer face a potenciais responsabilidades decorrentes de processos judiciais que se encontram em curso.

10. Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos sociais a data de 31 de dezembro de 2023, são seguintes:

Mesa da Assembleia Geral

Efetivos

Presidente: Leonel Domingos Reis Vieira da Silva

1º Secretário: Fausto Manuel Costa Oliveira

2º Secretário: Hélder Fernando Pacheco Cunha

Mesa Administrativa

Efetivos

Provedor: José Carlos Bessa Machado

Vice-Provedor: José Diogo Gonçalves Fernandes

Tesoureiro: Adão Bernardo Peixoto Xavier

Secretário: Susana da Conceição Pacheco da Cunha

Vogal: António José Bessa Ferreira

Suplentes

Manuel Rocha Santos Oliveira

Lúcia Maria Neto Oliveira

João Maria Peixoto Magalhães

Conselho Fiscal

Efetivos

Presidente: Jorge Manuel Fernandes Malheiro Magalhães

1º Vogal: José Maria da Silva Pereira Leal

2º Vogal: Domingos Fernando Silva Moreira

Suplentes

Maria Irene da Silva Monteiro

José Francisco Ferreira

Luis Jaime Bessa Peixoto Pereira

Santa Casa da Misericórdia de Lousada

Os membros dos órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração no decorrer do exercício de 2023.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2023 foi de “261” e em 2022 foi de “257”.

Os gastos incorridos com os funcionários são os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	3 852 742,79	3 482 512,84
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	3 903,20	31 206,51
Encargos sobre as Remunerações	828 055,60	768 471,58
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	43 933,79	52 664,97
FGCT	359,09	3 443,10
Outros Gastos com o Pessoal	10 536,10	13 044,63
Total	4 739 530,57	4 351 343,63

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários da sociedade de Revisores Oficiais de Contas em 2023 e 2022, referem-se apenas a serviços de revisão legal de contas, não tendo por ela sido prestados quaisquer outros tipos de serviços.

A SCML é ré em dois processos judiciais que se encontram em curso com valor global de 41.553,21 €, movidos por dois utentes, por negligência médica.

Ambos os processos se encontram em fase de produção de prova pericial, sendo, no entanto, que eventuais responsabilidades se encontram transferidas para a seguradora que também intervém nos mesmos.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as informações que se seguem.

Santa Casa da Misericórdia de Lousada

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2023	2022
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Outros Investimentos	61 341,35	58 136,66
Outros Métodos	61 341,35	58 136,66
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	61 341,35	58 136,66

12.2 Créditos a Receber

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica “Créditos a Receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Cientes e Utentes c/c	2 203 406,65	1 664 893,41
Cientes	2 028 657,11	1 393 142,46
Utentes	174 749,54	271 750,95
Cientes e Utentes títulos a receber	-	-
Cientes	-	-
Utentes	-	-
Outras contas a receber	1 099 092,33	651 260,80
Devedores por acréscimo de rendimento (a)	1 024 233,76	631 945,41
Outros	74 858,57	19 315,39
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Cientes	-	-
Utentes	-	-
Total	3 302 498,98	2 316 154,21

Imparidades de Dívidas a Receber

Descrição	2023	2022
Cientes	(26 961,27)	(47 726,04)
Utentes	(92 448,83)	(92 448,83)
Total	(119 410,10)	(140 174,87)

a) Referente essencialmente a rendimentos relativos a faturação emitida após 31-12-2023, mas relativa a serviço operacional integralmente realizado até 31-12-2023.

Em 2023 foi reconhecida a incobrabilidade de dívidas de clientes e utentes, no valor de 22.456,21 euros e 17.134,17 euros, respetivamente. Foram ainda reconhecidas perdas por imparidades no valor de 15.664,23 euros, para fazer face a potenciais perdas nas cobranças mais problemáticas.

12.3 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Santa Casa da Misericórdia de Lousada

Descrição	2023	2022
Gastos a reconhecer	45 216,37	16 972,01
...	-	-
Total	45 216,37	16 972,01
Rendimentos a reconhecer	35 468,19	16 605,02
...	-	-
Total	35 468,19	16 605,02

12.4 Outros Ativos Correntes

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2023	2022
Outros Activos Financeiros	85,30	85,30
...	-	-
Total	85,30	85,30

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Caixa	9 901,72	12 344,95
Depósitos à ordem	3 715 105,78	3 819 347,58
Depósitos a prazo	4 856 481,25	2 953 544,11
Outros	-	-
Total	8 581 488,75	6 785 236,64

É prática da instituição a rentabilização das aplicações e uma rigorosa gestão da tesouraria, os eventuais saldos mais elevados em depósitos à ordem resultam apenas do período necessário à transferência e negociação dos mesmos.

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais”, a 31 de dezembro de 2022 e 2023, ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 31-Dez-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2023
Fundos	612 372,87	-	-	612 372,87
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	16 762 058,92	1 073 103,17		17 835 162,09
Excedentes de revalorização	-			-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 442 190,39		(66 100,39)	1 376 090,00
Total	18 816 622,18	1 073 103,17	(66 100,39)	19 823 624,96

Santa Casa da Misericórdia de Lousada

A variação da rubrica “Resultados Transitados”, deve-se à afetação dos resultados do exercício anterior.

Os movimentos ocorridos na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” são originadas pela imputação a subsídios para investimento (afetando o resultado do período), do valor equivalente à utilização (depreciações) dos bens financiados ou doados, bem como pelo projeto FEI Ajudar a Cuidar.

Descrição	Saldo em 31-Dez-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2022
Fundos	612 372,87	-	-	612 372,87
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	15 673 305,23	1 088 753,69		16 762 058,92
Excedentes de revalorização	-			-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 456 131,23	48 863,03	(62 803,87)	1 442 190,39
Total	17 741 809,33	1 137 616,72	(62 803,87)	18 816 622,18

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	871 204,32	865 547,17
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	871 204,32	865 547,17

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	30 985,69	35 435,69
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	30 985,69	35 435,69
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4 074,46	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres	53 379,50	54 263,73
Segurança Social	87 478,10	82 929,60
Outros Impostos e Taxas	930,95	1 177,69
Total	145 863,01	138 371,02

12.9 Financiamentos Obtidos

A rubrica de “Financiamentos Obtidos”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	199 562,41	-	199 562,41	334 191,19	197 073,01	531 264,20
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de Factoring	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	199 562,41	-	199 562,41	334 191,19	197 073,01	531 264,20

12.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica “*Outos Passivos Correntes*”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Cliente/Utentes		46 606,39		40 061,68
Pessoal		22 984,22		6 661,31
Remunerações a pagar		22 984,22		-
Cauções				-
Outras operações				6 661,31
Perdas por Imparidade acumuladas				-
Fornecedores de Investimentos				
Credores por acréscimos de gastos		871 047,34		824 803,75
Outros credores (a)		1 343 039,57		1 322 355,00
				-
Total	-	2 283 677,52	-	2 193 881,74

a) Outros Credores: Referente essencialmente a honorários a liquidar a prestadores externos relativos a serviços prestados até 31-12-2023.

12.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	1 395 635,11	1 285 184,24
Serviços especializados	4 688 985,84	4 099 734,50
Materiais	57 687,41	45 514,42
Energia e fluidos	484 560,21	499 474,83
Deslocações, estadas e transportes	3 645,46	5 186,07
Serviços diversos (*)	85 494,43	333 833,37
Comunicação	48 815,54	51 483,39
Seguros	14 993,28	15 578,32
Limpeza Higiene e conforto	65 788,88	245 492,72
	6 716 008,46	6 268 927,43

Santa Casa da Misericórdia de Lousada

12.12 Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*”, nos períodos de 2023 e 2022, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	153 408,31	157 715,35
Descontos de pronto pagamento obtidos	727,13	531,38
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	371,09	3,40
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros a)	128 363,94	123 655,37
Outros rendimentos	135 032,29	100 153,66
Juros	52 001,96	2 905,11
Total	469 904,72	384 964,27

a) Esta rubrica inclui essencialmente renda de imóveis, no montante de 115.259,02 euros.

12.13 Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*”, nos períodos de 2023 e 2022, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	5 713,79	5 271,51
Descontos de pronto pagamento concedidos	4 211,17	3 356,82
Dívidas incobráveis	7 034,87	-
Perdas em inventários		-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	12 591,09	5 575,00
Outros Gastos	36 838,94	30 020,52
Total	66 389,86	44 223,85

12.14 Juros e gastos similares suportados

A rubrica de “*Juros e gastos similares suportados*”, nos períodos de 2023 e 2022, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	14 161,41	6 924,08
Diferenças de câmbio desfavoráveis		-
Outros gastos e perdas de financiamento	31,88	-
Total	14 193,29	6 924,08

12.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Lousada, 06 de março de 2024

Empresa : Santa Casa da Misericórdia de Lousada
Sede : Av. Major Arrochela Lobo, 157 - 4620-697 LOUSADA
No Cont.: 500852510
Matr.Cons.Reg.Comercial de : Dir.Geral Acção Social, nº 8/83

Ata da Reunião do Conselho Fiscal nº 33/2024 de 06 de março de 2024

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, na sala de reuniões da Valência Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Lousada, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Lousada com a presença de todos os seus membros, os Excelentíssimos Senhores Dr. Jorge Manuel Fernandes Malheiro Magalhães, José Maria da Silva Pereira Leal e Domingos Fernando Silva Moreira e ainda os Excelentíssimos Senhores Dr. José Diogo Gonçalves Fernandes (Vice-Provedor), Dr. Bruno Filipe de Sousa Martins (Administrador-Delegado) e o Dr. Jorge Silva (ROC), com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- Análise do Relatório de Atividades e do Relatório de Contas referente ao exercício de 2023. -----

Iniciada a reunião e em cumprimento do disposto na alínea a) do ponto 1 do artigo 30º do Compromisso, foi analisado o Relatório de Atividades em apreciação, o qual se constatou estar de acordo, na sua generalidade, com o Plano de Atividades previsto. -----

De seguida procedeu-se à análise da informação financeira produzida no período em causa, recorrendo para o efeito aos documentos de suporte informativo de âmbito contabilístico e financeiro, bem como os esclarecimentos complementares apresentados pelo Revisor Oficial de Contas. -----

Foi realizada uma síntese das contas produzidas, tendo sido referidos os elementos relevantes numa análise económica e financeira detalhada. A certificação legal das contas será limpa, sem quaisquer reservas. Terminou a sua intervenção declarando que as peças a apresentar à Assembleia Geral respeitam a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo e transmitem uma imagem fiel e apropriada da situação económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Lousada. -----

Também se constatou que a informação constante no relatório de atividades é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e, portanto, somos de parecer que: -----

Evidenciada a clareza e a forma explícita como estão apresentadas, se aprovem as contas que vos são apresentadas. -----


Propôs-se ainda um voto de louvor à Mesa Administrativa pelo rigor, empenho e transparência demonstrados durante o exercício da sua administração e pela dedicação dos seus membros à causa desta Instituição, extensiva a todos os colaboradores e prestadores de serviço. E nada mais havendo a tratar foi a sessão dada por encerrada, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada. -----

Presidente



Vogais



 Ata Mesa Administrativa nº 563 <i>Santa Casa da Misericórdia de Lousada</i>		Reunião Data: 06/03/2024
Local: Valência Hospital	Início: 14h30	Fim: 17h30
Duração: 2h30m		
Presenças: Provedor - José Carlos de Bessa Machado; Vice- Provedor - José Diogo Gonçalves Fernandes; Tesoureiro - Adão Bernardo Peixoto Xavier; Secretário - Susana da Conceição Pacheco da Cunha; Vogal - António José Bessa Ferreira		

Temas Tratados

Ponto Único:

Apresentação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício Económico de 2023.

Decisões Tomadas

Ponto Único:

Aberta a sessão, foi realizada uma apreciação global das contas e respetivo relatório de atividades. Feita uma análise global aos mapas apresentados, balanço, demonstração dos resultados e respetivos anexos, apresentando os seguintes resultados:

Rendimentos: € 17 152 995,78 € (dezassete milhões, cento e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa e cinco euros e setenta e oito cêntimos);

Gastos: € 14 299 388,60 (catorze milhões, duzentos e noventa e nove mil, trezentos e oitenta e oito euros e sessenta cêntimos);




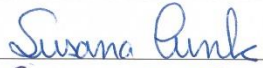

Resultado Líquido do Período: € 2 853 607,18 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e sete euros e dezoito cêntimos). Consta-se ainda que o valor das depreciações foi de € 976 120,98 (novecentos e setenta e seis mil, cento e vinte euros e noventa e oito cêntimos).

Relativamente às rubricas de rendimentos verifica-se um aumento de 21,3%, consequência do crescimento da prestação de serviços em 21,4% e da rubrica de Subsídios e Legados à Exploração que teve durante o ano de 2023 uma evolução positiva de 8,4%. As principais rubricas de gastos sofreram na sua generalidade um aumento face a 2022 de 9,9%. Este aumento deve-se em grande medida ao aumento da prestação de serviços, gerado pelo aumento da atividade na generalidade dos serviços, assim como, pelo aumento das matérias primas e da inflação. A rubrica Gastos c/ Pessoal sofreu uma variação considerável, tendo em conta o aumento da atividade e o incremento do SMN para 760,00 €. Relativamente às restantes rubricas de gastos, encontram-se todas em sintonia com o aumento do volume de negócios e da atividade, mantendo a sua gestão balizada pelas regras/políticas de rigor, contenção e racionalização.

Após a análise das contas do exercício findo, foi deliberado que estas se encontravam em perfeita ordem pelo que, as mesmas foram aprovadas por unanimidade, para serem presentes ao Conselho Fiscal e à Assembleia-Geral de Irmãos convocada para o próximo dia vinte e três de março às 14h00m com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Leitura, discussão e votação da ata da última Assembleia Geral;
- 2) Apresentação de informação da Mesa Administrativa sobre a Instituição;
- 3) Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de 2023, bem como do Parecer do Conselho Fiscal;
- 4) Autorização para vender o prédio urbano sito na União das Freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), inscrito na respetiva matriz sob o artigo provisório número P518;
- 5) Outros assuntos de interesse para a Instituição;
- 6) Leitura e votação da ata em minuta desta Assembleia Geral para efeitos imediatos.

Assim e nada mais havendo a tratar, foi a sessão dada por encerrada, dela se lavrando a presente ata que vai ser devidamente assinada pelos Membros da Mesa Administrativa.

Jorge Silva, Neto, Ribeiro, Pinho & Associado, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LOUSADA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LOUSADA (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 26.286.724,12 euros e um total de fundos patrimoniais de 22.677.232,14 euros, incluindo um resultado líquido de 2.853.607,18 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Lousada** em 31-12-2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

Jorge Silva, Neto, Ribeiro, Pinho & Associado, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Jorge Silva, Neto, Ribeiro, Pinho & Associado, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

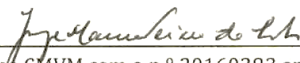
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Águeda, 11 de março de 2024

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva



ROC n.º 637, registado na CMVM com o n.º 20160283 em representação de

Jorge Silva, Neto, Ribeiro, Pinho & Associado, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



Santa Casa da Misericórdia de Lousada